

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP)

Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD)

PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

(Edital Nº 02/2026)

3ª ETAPA – ANÁLISE DE PRÉ-PROJETO DE PESQUISA

RESULTADO APÓS RECURSOS

A Comissão de Recursos do PPGD/UNIRIO proclama o resultado da análise de pré-projeto de pesquisa após a sessão avaliação dos recursos ocorrida no dia 12/06/2026:

CANDIDATA(O)	PROJETO	NOTA	RESULTADO
Alexandro de Oliveira	Invisibilidade decisional da criação em cuidados paliativos: falha de design institucional e proteção deficiente na política pública de saúde	8,0	Habilitado(a)
Ana Clara de Souza Faria	A atuação da defensoria pública estadual na implementação de política pública via tutela coletiva	8,0	Habilitado(a)
Beatriz Ribeiro Storino	Sub-representação Feminina no Judiciário: Estudo do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª região e comparações interregionais	7,0	Habilitado(a)
Beatriz Soares Ferreira Braga	Proteção de dados pessoais e a política pública de governo digital: análise crítica do compartilhamento de dados na plataforma gov.br	8,0	Habilitado(a)
Bernardo Tendler Leibel Bacellar	A Burocracia Panópica: Desenhos institucionais e falhas na Política Urbana	8,0	Habilitado(a)
Bianca da Silva Pepe	A Rotina da Exclusão: Estudo Institucionalista sobre a Política Pública de Resíduos Sólidos e a (Des)Institucionalização dos EES no Rio de Janeiro.	8,0	Habilitado(a)
Bruna Jakobi	A implementação efetiva de políticas públicas de planejamento familiar: Um estudo empírico em "Municípios de Pequeno Porte" no Estado do Rio de Janeiro	8,0	Habilitado(a)
Camila Prado dos Santos	Políticas Públicas Municipais para Animais Comunitários: Função social da cidade e resolução de conflitos	8,0	Habilitado(a)
Carolina da Silva Barboza Lima	Equidade de gênero e acesso à justiça: A Participação Feminina em Posições Decisórias nos Métodos Adequados de Solução de Conflitos como Política Pública Democrática no Estado do Rio de Janeiro	8,0	Habilitado(a)
Cecília Café Baldani	A Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2 e as Políticas Públicas de Destinação dos Imóveis do FRGPS para	8,0	Habilitado(a)

	Habitação Social		
Cristiano Dias Tebaldi	Termo territorial coletivo: uma possibilidade de planejamento urbano em cidades capitalistas	7,0	Habilitado(a)
Cirano Vieira de Cerqueira Filho	A regulação da atividade de mineração de bitcoin como política pública auxiliar ao desenvolvimento da matriz energética limpa do Brasil	7,5	Habilitado(a)
Daniela Gonçalves de Carvalho	O direito ao reconhecimento feminino nas organizações como categoria autônoma de direito fundamental: constatação a partir do estudo das políticas públicas de equidade de gênero da Procuradoria Geral Federal e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 05 da Agenda 2030 da ONU.	8,5	Habilitado(a)
Eliude da Silva Lima	A governança e o controle de políticas públicas afirmativas de gênero nas contratações públicas: legitimidade normativa e capacidade estatal na reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica	7,5	Habilitado(a)
Ellen de Abreu Nascimento	Leis Demais? Cidade de Menos? O Impacto da Produção Legislativa no Planejamento Urbano	8,0	Habilitado(a)
Erivaldo Pereira de Paula	Terras raras no Brasil: Regulação minerária, conflitos econômicos e direitos dos povos indígenas no contexto do desenvolvimento sustentável	7,0	Habilitado(a)
Gustavo de Almeida Regina	Ferramentas digitais de participação cidadã e monitoramento de políticas públicas no federalismo brasileiro: uma análise empírica da inovação institucional municipal	8,0	Habilitado(a)
Leonardo Cardoso de Freitas	O Programa de Proteção a Testemunhas na era da vigilância digital: desafios tecnológicos e arranjos institucionais da lei no 9.807/99. Revisitando a política pública	8,0	Habilitado(a)
Luiza Emília Guimarães de Queirós	Políticas Públicas de Direitos Humanos Além-Fronteiras: O mínimo existencial cultural como parâmetro do dever estatal frente à diáspora brasileira	8,0	Habilitado(a)
Marcelle Blanche Farias Pereira Santos	Do consentimento individual ao arranjo cooperativo: política pública de proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes após a lei n. 15.211/2025	8,0	Habilitado(a)
Márcio Valério Ferreira Fernandes	Blindagem das empresas estatais: análise da proteção regulatória das fontes de financiamento de políticas públicas vitais como agenda	7,0	Habilitado(a)
Maiana Maia Teixeira	Políticas de enfrentamento à violência contra mulheres no sistema de justiça: violência institucional de gênero, parentalidade e obstáculos ao acesso à justiça de mulheres mães no contexto pós-separação	8,0	Habilitado(a)
Mônica Sirieiro Abreu	O Cuidado como Direito Humano Autônomo internacionalmente reconhecido e os desafios da redistribuição das responsabilidades do cuidado parental no Brasil	7,5	Habilitado(a)
Nina Braga Cavalcanti de Albuquerque	Entre cooperação e controle: A atuação do Tribunal de Contas da União e a Conformação Institucional das Parcerias no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil	7,0	Habilitado(a)

Renata Pereira Barreto	O Direito do Trabalho como política pública: A reconfiguração dos arranjos jurídico-institucionais nas novas relações de trabalho e emprego	7,5	Habilitado(a)
Rodrigo Marcellino da Costa Belo	Trabalho em Plataformas Digitais e Previdência Social: Omissão Regulatória, Solidariedade Constitucional e Políticas Públicas de Estado no Brasil	8,0	Habilitado(a)
Rosangela Pereira Gonçalves Brigagao	Estabilidade Institucional e Regime Jurídicos Diferenciados em Políticas Públicas de Formação Profissional: Uma Análise do Arranjo do SENAC	6,0	Não habilitado(a)
Sérgio Luiz Pinel Dias	O papel da União no cumprimento do piso nacional dos profissionais da educação pelos demais entes federativos	7,0	Habilitado(a)
Silvia Campos Paulino	Direito e Políticas Públicas Antirracistas: A reconfiguração da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Direito das Universidades Federais do Rio de Janeiro (2014-2024)	8,0	Habilitado(a)
Vanessa de Carvalho Schuerz	Regulação econômica e governança da política pública de saneamento básico: universalização e recuperação ambiental na Bacia da Lagoa de Araruama após a Lei no 14.026/2020	8,5	Habilitado(a)
Tatiane Duarte dos Santos	Cisnormatividade nas Políticas Públicas de Saúde Reprodutiva no Brasil e a Configuração da Violência Obstétrica contra Homens Trans no SUS	8,0	Habilitado(a)
Thamiris da Silva Frazão	Processos estruturais e racismo institucional: O STF e as políticas públicas antirracistas	8,5	Habilitado(a)
Thyago Santana de Oliveira Lima	Criminologia Verde e a Tutela Jurídica do Meio Ambiente: Desafios da Governança e Seletividade Estatal em Áreas Protegidas no Rio de Janeiro	6,5	Não habilitado(a)
Vivian Tavares Fontenele	Governança como infraestrutura institucional: A legitimidade das organizações da sociedade civil na implementação de políticas públicas e proposta da "Matriz ESG-TS"	7,5	Habilitado(a)

Rio de Janeiro, 12 de Junho de 2026

Comissão de Recursos

Prof. Dr. André Ricardo Cruz Fontes (Presidente)

Profa. Dr. Benedito Fonseca e Souza Adeodato

Profa. Dr. Oswaldo Pereira de Lima Junior